



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG)

Secretaria Executiva

**CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE PLANEJAMENTO (CTEP)**

**Ata da 4ª reunião ordinária, realizada em 05 de agosto de 2022**

1 Em 05 de agosto de 2022, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica  
2 Especializada de Planejamento (CTEP) do Conselho Estadual de Recursos  
3 Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG-MG), por meio de videoconferência  
4 realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
5 Sustentável (Semad), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes  
6 membros titulares e suplentes: O presidente Thiago Figueiredo Santana,  
7 representante da Semad. Representantes do Poder Público Estadual: Laís  
8 Ione Araújo Fagundes, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
9 Econômico (Sede); Ana Sílvia Gama Pereira Barbosa, da Secretaria de  
10 Estado de Educação (SEE); Carolina Lobello Lorensini, da Secretaria de  
11 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa). Representantes  
12 do Poder Público Municipal: Josias Gomes Ribeiro Filho, da Prefeitura  
13 Municipal de Araçuaí; Frederico Arthur Souza Leite, da Prefeitura  
14 Municipal de Itabirito; Aparecida Suely Alves de Oliveira, da Prefeitura  
15 Municipal de Rio Pomba. Representantes dos Usuários de Recursos  
16 Hídricos: Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de  
17 Energia Limpa (Abragel); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação das  
18 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Jadir Silva de Oliveira, da  
19 Associação das Indústrias Sucreenergéticas de Minas Gerais (Siamig).  
20 Representantes da Sociedade Civil: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade  
21 Federal de Uberlândia (UFU); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira  
22 de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Tobias Tiago Pinto Vieira, do  
23 Movimento Verde de Paracatu (Mover). **Assuntos em Pauta. 1)**  
24 **ABERTURA.** Constatado o quórum regimental, o presidente Thiago  
25 Figueiredo Santana declarou aberta a 4ª reunião ordinária da Câmara  
26 Técnica Especializada de Planejamento, do CERH-MG-MG. **2)**  
27 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houveram inscrições. **3)**  
28 **EXAME DA ATA DA 3ª RE DA CTEP, de 06/05/2022.** Retirada de Pauta. **4)**  
29 **APROVAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS**  
30 **HIDROGRÁFICAS DOS RIOS DO LESTE - PDRH LESTE: RELATÓRIO DE**

31 **CONSOLIDAÇÃO DO PDRH; RESUMO EXECUTIVO DO PDRH E FOLHETO DE**  
32 **DIVULGAÇÃO. APRESENTAÇÃO: GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE**  
33 **RECURSOS HÍDRICOS/IGAM E PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE**  
34 **S.A. Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: “Antes de passar a**  
35 **palavra, faço um esclarecimento sobre esse item. Conforme já foi pautado**  
36 **em reunião anterior, devido ao fato desse território não possuir Comitê de**  
37 **Bacia instituído, a apreciação deste documento vem ao CERH-MG-MG.**  
38 **Essa Câmara é responsável pelo acompanhamento e aprovação dos**  
39 **relatórios emitidos, contudo a aprovação do Plano em si para**  
40 **estabelecimento das diretrizes de planejamento daquele território será de**  
41 **competência do Plenário do CERH-MG-MG”. Allan de Oliveira Mota -**  
42 **Diretor da GPLAN/Igam: “Essa é a fase de análise e aprovação dos**  
43 **relatórios finais do Plano Diretor de Recursos Hídricos das Bacias do Leste.**  
44 **Hoje temos o Plano Diretor Consolidado, que reúne as fases do**  
45 **Diagnóstico, do Prognóstico, e Plano de Ação que já foram avaliados aqui;**  
46 **e temos o Resumo Executivo, que é o trabalho prático para informações**  
47 **voltadas à execução; e o folheto de divulgação que poderá ser utilizado**  
48 **pela bacia para difundir a existência do Plano Diretor par seus moradores”.**  
49 **A apresentação foi realizada pelo Sr. Vinícius Montenegro, da Profill**  
50 **Engenharia. Valter Vilela Cunha - Abes: “No item das Conclusões do**  
51 **Diagnóstico, o que seria “Adotar mecanismos de cooperação para os**  
52 **problemas de drenagem urbana”? Vinícius Montenegro - Profill**  
53 **Engenharia: “Sugerimos que os problemas identificados na região, não**  
54 **têm origem em um único município e devem ser abordados sob o ponto**  
55 **de vista de Consórcio Municipal, ou alguma ação que venha com uma**  
56 **abrangência territorial maior. Por isso falamos em soluções consorciadas,**  
57 **para que se tenha institucionalmente um poder de atuação maior e**  
58 **principalmente para arrecadação de fundos. É esse o conceito. Valter**  
59 **Vilela Cunha - Abes: “Como o Igam pensa em fazer essa integração com os**  
60 **outros Comitês, que é o ponto mais crítico? Eu gostaria que fosse mais**  
61 **detalhado pelo Igam qual seria a estratégia dessa integração, porque se**  
62 **ela não for feita todo o trabalho vai para uma prateleira”. Allan de Oliveira**  
63 **Mota - Diretor da GPLAN/Igam: “É bom lembrar que essas bacias não têm**  
64 **Comitê e elas nos demandam muito por isso. Da parte técnica de**  
65 **identificar qual seria a bacia que melhor poderia integrar essas Bacias do**

66 Leste uma a uma, o trabalho foi muito bem feito. Nos últimos  
67 acompanhamentos que viemos trabalhando com a Agência Nacional de  
68 Águas – ANA, e esse é um produto que se tornou referência nacional de  
69 qualidade, tanto pela construção e possibilidade do que foi preparado em  
70 um momento de pandemia que acabou agregando mais participação.  
71 Conseguimos trazer representantes dessas bacias que estão no entorno,  
72 algo que provavelmente não aconteceria em várias reuniões presenciais.  
73 Então, quando estávamos discutindo as pequenas bacias mais próximas do  
74 Mucuri, tivemos participação de membros do Comitê do Mucuri. Quando  
75 estávamos discutindo as bacias mais próximas do São Mateus, tivemos  
76 participação de membros da bacia do São Mateus, inclusive do lado do  
77 Estado do Espírito Santo. Então, ao longo das várias discussões que foram  
78 realizadas, trouxemos esses atores estratégicos para discutir e já entender  
79 essa necessidade. Então todos eles estão cientes do trabalho que vem  
80 sendo feito, não houve nenhuma objeção a essa inclusão e é um pouco  
81 mais fácil trazer uma área que não tem Comitê para que ela seja agregada  
82 a um Comitê que passe a responder por ela também. Se deverá haver um  
83 novo formato de que sejam indicados novos conselheiros respondendo,  
84 esse é um trabalho que o próprio Comitê pode fazer posteriormente, há  
85 tempo para que isso seja feito. Mas em relação à integração e discussão  
86 todos tiveram a oportunidade de participar, inclusive houve participação  
87 de bacias mais ao sul, de conselheiros do Paraíba do Sul, de conselheiros  
88 da bacia do Doce, pois há relação com os limites dessas duas, e isso foi  
89 muito produtivo e considero que em relação a isso podemos ficar  
90 tranquilos. Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: “Viemos nos  
91 reunindo com Comitês, em especial Comitês do Semiárido Mineiro e Leste  
92 e uma das pautas de discussões é essa possibilidade de revisão dos  
93 territórios daquela região, principalmente para que tenhamos efetividade  
94 nessas ações que serão propostas, porque estamos no momento de  
95 aprovação de relatórios, mas quando estiverem efetivamente aprovados e  
96 com objetivos para implementação, teremos que discutir com os Comitês  
97 Paraíba do Sul 1 e Paraíba do Sul 2 e com Manhauçu. E com o Semiárido  
98 Mineiro, assim que aprovado pelo Conselho ele entra na nossa pauta de  
99 discussão de uma forma mais decisiva, para qual caminho tomar. São  
100 discussões que perpassam a questão do Semiárido Mineiro sobre critérios

101 de cobrança, sobre a gestão de territórios, sobre a eficiência do sistema  
102 como um todo. Estamos nos reunindo com as diretorias e começando a  
103 seguir para as plenárias para apresentarmos essas propostas, pois temos o  
104 objetivo de dar mais efetividade. A aprovação do instrumento de  
105 planejamento não é uma indicação do Igam, mas da política de Estado, de  
106 que precisamos tratar esses territórios para que tenhamos uma gestão  
107 com maior efetividade dessas ações. Vinícius Montenegro - Profill  
108 Engenharia: “Sobre como os Planos estão estruturados, enfrentamos essa  
109 problemática desde o início, ainda quando estávamos elaborando o Plano  
110 de Comunicação e Mobilização para fazer as reuniões desse PDRH e ficou  
111 muito claro que tínhamos que acessar outros atores, em um formato  
112 diferente do tradicional para que conseguíssemos construir esse plano de  
113 uma maneira adequada. A pandemia trouxe a facilidade da realização de  
114 reuniões virtuais e isso trouxe um ganho, mas já nas reuniões presenciais,  
115 principalmente nas bacias mais ao norte, vieram representantes da Bahia  
116 para a região. Então já vínhamos fazendo esse processo e quando fomos  
117 construir o Plano de Ação de fato, buscamos rebater algumas ações.  
118 Então, com exceção do que era obrigatoriedade legal, que tem metas  
119 definidas, procuramos rebater todas as ações em 3 ou 4 anos,  
120 dependendo da priorização, para eu houvesse tempo que o processo de  
121 integração ocorresse. Deixamos o plano fosse flexível para isso e para que  
122 passasse por esse processo de ser absorvido pelos Comitês integradores”.

123 Túlio Bahia – GPLAN/Igam: “Como o Vinícius falou, é uma massa de dados  
124 que é difícil de expor em um tempo curto, mas ele fez os principais  
125 apontamentos que o Plano traz em seus relatórios. Enquanto fiscal desse  
126 contrato, vou abordar as duas questões que o Valter levantou. Sobre a  
127 pergunta do Valter em relação à pergunta sobre a drenagem, respondida  
128 pelo Vinícius, os diagnósticos chamaram a atenção, por exemplo, para a  
129 questão das inundações. Uma visão muito pontual é a de realização de  
130 dragagem de um rio, mas existe um problema pretérito, temporal e  
131 espacial, de perda de solo, bacias com topografias acentuadas, por  
132 exemplo. Então podemos realizar a dragagem, mas se o problema de  
133 cobertura vegetal não for corrigido e outras ações não forem realizadas,  
134 vamos permanecer dragando o rio. Por isso chamamos a atenção para  
135 essa coordenação de bacia hidrográfica e no lado baiano, por exemplo, foi

136 diagnosticada em um determinado momento a questão de escassez  
137 hídrica e tivemos muitos representantes do Comitê do lado baiano, e essas  
138 bacias demandaram muito a integração com o lado mineiro.  
139 Paradoxalmente nesse ano do diagnóstico tivemos muitas chuvas tanto  
140 em Minas quanto na Bahia, e na bacia do Itanhém tivemos desastres  
141 consideráveis, então seja para o caso de escassez ou de cheias, temos essa  
142 integração urgindo. Então fica minha sugestão, seja para a CNR ou  
143 Plenário do Copam, que possamos convidar o Secretário de Meio  
144 Ambiente ou um representante a bacia do Itabapoana, que tem muito  
145 interesse de que o Comitê do Itabapoana tenha uma integração com o  
146 Comitê da bacia do Muriaé, conforme está sendo apontado no Plano. Uma  
147 vez aprovado o Plano, não sei se o CERH-MG já poderia demandar alguma  
148 alteração em termos de integração, pois essas bacias do Leste não são  
149 consideradas circunscrições hidrográficas, no sentido de elas serem  
150 integradas às respectivas bacias para as quais o Plano está indicando. Fica  
151 minha sugestão para convite desses membros para as próximas discussões  
152 do Plano”. Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: “Em relação à  
153 sua dúvida, é uma análise que teremos que fazer de forma mais ampla, de  
154 forma a levar o processo na base, para não vir algo de cima para baixo,  
155 pois as políticas públicas são muito questionadas. Devemos lembrar  
156 também, no momento de elaboração da pauta da reunião, de trazer esses  
157 cidadãos que participaram para esse momento de aprovação do Plano”.  
158 Relatório de Plano de Consolidação aprovado por unanimidade. **Votos**  
159 **Favoráveis: SEDE, SEE, Seapa, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de**  
160 **Itabirito, Prefeitura de Rio Pomba, Abragel, Fiemg, Siamig, UFU, Abes e**  
161 **Mover. 5) APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE REVISÃO DA DELIBERAÇÃO**  
162 **NORMATIVA CERH-MG-MG Nº 61, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE**  
163 **ESTABELECE AS DIMENSÕES DO MONITORAMENTO DA GOVERNANÇA**  
164 **DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DE**  
165 **MINAS GERAIS. RESPONSÁVEIS: ASSESSORIA DE PROGRAMAS, PROJETOS**  
166 **E PESQUISA EM RECURSOS HÍDRICOS/IGAM E GERÊNCIA DE**  
167 **PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS/IGAM.** Allan de Oliveira Mota -  
168 Diretor da GPLAN/Igam: “Essa não é uma apresentação específica para a  
169 Câmara, ela foi feita na reunião mais recente do CERH-MG-MG de julho, e  
170 na ocasião foi indicado o acompanhamento aqui pela CTEP, então vamos

171 científicá-los da discussão e expor os motivos desse encaminhamento par  
172 a CTEP”. A apresentação foi realizada por Allan de Oliveira Mota, Diretor  
173 da GPLAN/Igam. Sylvio Luiz Andreozzi – UFU: “Sugiro que essa comissão  
174 que faz o acompanhamento se transforme em um Grupo de Trabalho para  
175 oferecer soluções e traga a proposta de modificação da diretriz normativa,  
176 porque é o grupo que deve ou deveria estar mais integrado com o próprio  
177 processo de avaliação e já deve ter identificado as dificuldades, já tem  
178 acesso. Então é o grupo mais indicado sob o ponto de vista de  
179 conhecimento técnico, para trazer à Câmara Técnica uma proposta para  
180 avaliação. É minha proposta de encaminhamento. A respeito do conteúdo,  
181 faço duas observações. No meu entendimento, a diretriz normativa trata  
182 muito mais de um desempenho da atuação governamental no sistema.  
183 Dos quatro eixos, somente o último tem uma certa abertura para a outros  
184 setores da sociedade. Os três primeiros são diretamente de avaliação do  
185 desempenho governamental. Nada contra, se o objetivo da diretriz for  
186 esse. Mas se o objetivo for a avaliação do sistema, talvez necessitemos da  
187 colocação de eixos para avaliar os setores não-governamentais que atuam  
188 no sistema para abriremos uma discussão muito mais profunda para saber  
189 o quanto e o que podemos avaliar, sem entrar nas discussões que já  
190 observamos no CERH-MG sobre competência, sobre formação  
191 profissional, porque senão vamos misturar os assuntos. É uma decisão que  
192 precisa ser tomada para tomarmos uma direção, se vamos acompanhar do  
193 desempenho governamental ou a avaliação dos atores não  
194 governamentais. A questão da periodicidade, a forma como vocês  
195 mantêm uma série histórica anual é muito bom. Se vocês recebem essas  
196 informações anualmente, o processamento delas é muito desgastante a  
197 ponto de inviabilizá-la? A segunda questão é se não for feito o  
198 acompanhamento anual ou a publicação anual, em que tempo essas  
199 informações são relevantes para o conhecimento do público e para o  
200 controle do funcionamento do sistema, porque estou pensando nos  
201 prazos que temos. Nos Comitês os mandatos da diretoria são de dois em  
202 dois anos, ou de quatro em quatro anos, que é o período do mandato  
203 como um todo, então esse poderia ser o período definido para que seja  
204 feito o ajuste pelo desempenho do Comitê? Definir o prazo precisa ser  
205 muito bem justificado. Mas publicar todo ano cria um acervo de séries

206 históricas para pesquisas futuras com um material riquíssimo do  
207 desempenho da Semad na administração dos recursos hídricos”. Allan de  
208 Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: “Ainda não sabemos qual é a  
209 melhor opção de periodicidade. Vamos identificar qual é a melhor  
210 periodicidade, esse é o foco. Respondendo às duas perguntas, nossa maior  
211 dificuldade é primeiramente com o levantamento de dados. Antes do  
212 processamento, levantar os dados já é bem difícil porque não é  
213 simplesmente o encaminhamento de informações, mas temos que  
214 acompanhar a produção das informações junto a todos os Comitês, às  
215 Câmaras Técnicas, às Agências de Bacia onde elas estão presentes,  
216 inclusive é mais fácil, mas onde não tem o diálogo deve ser mais a fundo.  
217 Depois, para o processamento leva-se um tempo bem desgastante para  
218 discutirmos e para ser algo realmente produtivo. E o prazo de fechamento  
219 do ano e processamento dos dados para apresentação na primeira  
220 reunião do ano do CERH-MG é inviável. O que poderia nos ajudar nessa  
221 definição seria essa proposta que colocamos, de um ator independente  
222 externo ao sistema que pudesse analisar o que já foi feito e propor alguns  
223 indicativos”. Tobias Tiago Pinto Vieira – Mover: “Para começarmos a  
224 discutir qualquer alteração na DN, precisamos saber quais resultados isso  
225 trouxe até hoje e se trouxe resultados, de uma forma geral, como foi  
226 avaliado, se foi avaliado, quais foram os resultados, dentro da avaliação o  
227 que foi difícil, o que foi possível e impossível, etc. Para começarmos a  
228 discutir uma alteração, precisamos saber o que aconteceu anteriormente.  
229 Não concordo que a cada vez que encontramos uma barreira, haja uma  
230 alteração, pois vamos encontrar outras barreiras, então acho que temos  
231 que verificar pontualmente o que deu certo ou não. Sobre os Comitês de  
232 Bacias, considero fundamental avalia-los conforme prazos, conforme  
233 demandas enviadas e respondidas, porque existem Comitês mais ativos e  
234 outros que deixam muito a desejar, e é muito importante avaliar a  
235 diretoria inclusive apontando qual setor representa a diretoria, pois há  
236 setores que se utilizam dos Comitês para politicagem, trazendo grandes  
237 prejuízos à gestão de recursos hídricos, e há setores que fazem um bom  
238 trabalho sem envolver politicagem. Então devemos buscar avaliar a  
239 diretoria e avaliar os setores mais participativos. Fazer uma avaliação  
240 simples, como é feita no Copam, de critérios como participação,

241 frequência, pedido de vistas, colocações, solicitações de alteração, etc.  
242 Isso vai trazer uma visão diferente da participação do próprio Estado nos  
243 Comitês de Bacias que são parte do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.  
244 Para fazermos qualquer alteração, precisamos olhar o que existe, que é a  
245 61, ver o que foi bom e o que foi ruim, e por outro lado ver um meio de  
246 avaliar melhor os Comitês de Bacias minuciosamente e verificar a  
247 participação dos setores se foi a contento. Acredito que uma cobrança  
248 sobre os setores e apontar os resultados desse monitoramento aumentará  
249 a participação dos setores e aumenta a possibilidade de uma maior  
250 eficiência. Peço então que nos encaminhe o histórico e os resultados  
251 obtidos para elaborarmos propostas nessa linha e termos uma avaliação a  
252 contento para que isso tenha um plano operacional. Allan de Oliveira  
253 Mota - Diretor da GPLAN/Igam: “Em relação a esse pedido já estão  
254 disponíveis o primeiro e segundo relatórios nos portais do Sisema. Essas  
255 avaliações de setores que você mencionou já fazem parte do componente  
256 da dimensão 3 na parte do “Índice de suporte à gestão” e é um trabalho  
257 que buscamos fazer durante a discussão do acompanhamento junto a  
258 cada Comitê de Bacia, mas claro que alguns pontos podem melhorar  
259 muito, porque os indicadores têm alguns critérios para serem elaborados  
260 e nem sempre conseguimos montar um indicador que avalie exatamente  
261 aquilo que queremos identificar. Então seu compartilhamento é  
262 importante”. Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: “Allan,  
263 verifique junto à Secretaria Executiva como funcionou todo esse processo  
264 que o conselheiro Tobias mencionou para trazermos à Câmara como  
265 contribuição”. Ana Sílvia Gama Pereira Barbosa – SEE: “Faço um  
266 questionamento quanto à formação da base de participação dos setores,  
267 porque entendemos que realmente deve-se ter um conhecimento  
268 específico para participar da Câmara, para participar do Conselho e como  
269 são vários setores diferentes, tanto do governo quanto de fora, se há uma  
270 proposição de formação dessa base para que as pessoas sejam realmente  
271 preparadas para participar com qualidade e com contribuições  
272 significativas”. Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: “Sempre  
273 que conseguimos aplicar os resultados, que já trazem consigo um  
274 histórico, fazemos um alinhamento sobre o assunto em cada Comitê  
275 apresentando os resultados e discutindo e são identificadas as

276 fragilidades, os pontos a serem fortalecidos, o que é exemplo para os  
277 demais Comitês. Fazemos também apresentações via Webinar sobre  
278 determinados temas e convidamos os Comitês e fazemos o  
279 acompanhamento. Fizemos uma capacitação de dois dias com os  
280 auxiliares dos Comitês para que eles possam apoiar as diretorias nos  
281 levantamentos de dados. Fizemos uma capacitação de dois dias também  
282 para Agências de Bacias. Tudo isso trouxe ótimos resultados, além de  
283 possibilitar que eles também propusessem melhorias e pudéssemos  
284 revisar nossas ações. Durante sesses processos e um indicativo é que  
285 estamos colocando esses indicadores dentro de algo mais dinâmico, como  
286 um sistema de acompanhamento por *software*". Ana Sílvia Gama Pereira  
287 Barbosa – SEE: "Sugiro que no Trilhas do Saber seja disponibilizada uma  
288 formação para todo o Estado com um olhar específico par cada um dos  
289 Comitês, mas com o que for geral para embasar todos os participantes e  
290 também a comunidade de forma geral que poderá se inteirar melhor para  
291 participar com mais qualidade". Presidente Thiago Figueiredo Santana –  
292 Semad: "Allan, você poderia sugerir como podemos conduzir essas  
293 discussões nas próximas reuniões da CTEP de forma construtiva". Allan de  
294 Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: "O primeiro ponto seria o  
295 encaminhamento que o conselheiro Sylvio colocou. Faremos essa revisão  
296 via CTEP ou via Comissão? Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad:  
297 "O acompanhamento, pelo atual regimento é pela CTEP, que é a  
298 responsável por propor normas e até para a Câmara ter um  
299 funcionamento mais regular". Allan de Oliveira Mota - Diretor da  
300 GPLAN/Igam: "Seguimos então. Exposto o tema, que era o objetivo hoje,  
301 seguindo a indicação do conselheiro Tobias vamos disponibilizar  
302 novamente os Relatórios 1 e 2, 2019 e 2020 para trabalharmos aqui  
303 apenas como referência e nesse primeiro momento seria uma avaliação  
304 de cada conselheiro para que na próxima reunião façamos algumas  
305 indicações para a DN. Eu faria essa sequência considerando que um  
306 caminho importante que dará resultados que podem ser utilizados é a  
307 avaliação independente de resultados que mencionei". Sylvio Luiz  
308 Andreozzi – UFU: "A comissão que havia anteriormente não vai mais ser  
309 chamada e a discussão virá para a CTEP? Minha sugestão é transformar  
310 essa comissão em um GT, já que ela faz o acompanhamento, que ela faça

311 também a análise da DN e traga uma proposta à CTEP, uma vez que eles  
312 vão se inteirar dos relatórios anteriores, das dificuldades mencionadas  
313 pelo Allan. Então que esse grupo faça a análise da diretriz normativa e  
314 proponha à CTEP, diante das questões levantadas hoje, uma diretriz  
315 normativa nova. O trabalho duplica, mas aumentamos a base técnica  
316 fazendo uma análise primeiro em uma comissão e depois na CTEP”. Allan  
317 de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: “O parágrafo 6º do artigo 3º da  
318 Deliberação da análise de governança permite que a comissão traga  
319 algumas dessas avaliações e proponha à CTEP”. Presidente Thiago  
320 Figueiredo Santana – Semad: “Pegando um gancho na proposta do  
321 conselheiro Sylvio, creio que a Gerência de Planejamento possa mobilizar  
322 essa comissão, fazer reuniões, já levar esse indicativo que saiu da CTEP  
323 para fazer essa avaliação e a partir de um documento gerado da comissão  
324 a CTEP proponha as melhorias na DN. Atende aos anseios do conselheiro  
325 Sylvio e inclui também nossas proposições da CTEP. Agregamos mais mãos  
326 e saímos com um produto mais valioso. Podemos tramitar dessa forma?  
327 Não havendo outras manifestações sobre essa proposta, damos ao item 5  
328 o encaminhamento de indicativo à comissão de acompanhamento da DN e  
329 posterior revisão a partir de indicações que saiam dela, pela CTEP”. **6)**  
330 **ASSUNTOS GERAIS.** Não houveram manifestações. **7) ENCERRAMENTO.**  
331 Não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente Thiago  
332 Figueiredo Santana declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta  
333 ata.

334

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

335

336

337

338

**Thiago Figueiredo Santana**

339

Presidente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento